



Alfred Sohn-Rethel. Trabalho intelectual e manual. Tradução de Elvis Cesar Bonassa. 1ª edição, São Paulo, Boitempo, 2024. 280 p. ISBN 978-65-5717-419-7

A obra aborda a reflexão de um dos representantes da teoria crítica sobre como se deu a separação do trabalho manual e do trabalho intelectual. Neste sentido, o autor não apenas identifica questões filosóficas como o indivíduo transcendental de Kant, como critica a ideia de uma teoria do conhecimento que seja apenas ideia, para então buscar as raízes sociais deste fenômeno que é resultado da separação entre trabalho manual e intelectual. A argumentação do livro está dividida em duas partes: na primeira, o autor se dedica a explicar alguns dos principais postulados da filosofia idealista Kantiana e Hegeliana, demonstrando como as formas idealistas de pensamento “puro” representam uma outra moeda do desenvolvimento do mercado, alienadas do serviço manual. Além disso, a reflexão também busca mostrar como a abstração de valor ao mesmo tempo existe enquanto pensamento “puro”, mas está intimamente ligada com a realidade material. Já na segunda parte do livro, o autor reflete historicamente sobre como o trabalho manual foi separado do trabalho intelectual em sociedades com elaborados sistemas monetários que permitiriam que a abstração do valor e a matemática fossem postas a serviço dos meios de apropriação pelo capital.

Há ainda um apêndice composto por anexos que compreendem as comunicações do autor com Theodor Adorno e os princípios metodológicos para a análise realizada ao longo da obra, bem como alguns estudos extras.

Segundo o pensador, a busca da filosofia de Kant tinha por objetivo identificar como é possível uma capacidade originária e inerente do homem para elaboração de conhecimento abstrato. Portanto, o materialista histórico deveria utilizar a mesma lógica para buscar compreender o “quão essencial e intimamente a separação entre trabalho intelectual na ciência da natureza e trabalho proletário manual se relaciona com a dominação econômica do capital sobre a produção” (p.47). E este *insight* é

extremamente interessante ao colocar como problema a função da ciência no mundo capitalista. Ecoando com alguns escritos de Max Horkheimer, também membro da Escola de Frankfurt, Sohn-Rethel chama a atenção para o fato de que o trabalho intelectual e científico não costuma ser concebido enquanto fenômeno histórico. Pelo contrário, em casos como o das ciências da natureza, por exemplo, geralmente entende-se seus postulados de acordo com uma atemporalidade histórica. Daí a necessidade de problematizar o sujeito transcendental Kantiano e buscar situar a teoria do conhecimento também como fenômeno construído historicamente.

Neste contexto, o autor discorre que se é verdade a máxima marxista de que “é o ser social que determina sua consciência”, há um impasse entre os materialistas históricos e toda a tradição do pensamento ocidental que atribui ao pensamento o privilégio exclusivo de conceber abstrações. Porém, segundo Sohn-Rethel, “se o processo de formação da consciência, nomeadamente a abstração, for assunto exclusivo da própria consciência, então permanece um abismo entre a forma da consciência, por um lado, e a suposta determinação de seu ser, por outro lado” (p.50). O que o autor argumenta para contrapor esta contradição, seria então o fato histórico da separação do trabalho intelectual e manual que teria se dado na Grécia por volta do século VII a.C. que permaneceria praticamente inalterada até os dias de hoje.

Para exemplificar seu raciocínio, o autor se debruça sobre a abstração do valor e do dinheiro. O dinheiro é a representação material de um valor abstrato. Se o material do dinheiro se desgasta, outro é fabricado e seu valor abstrato continua, independente do suporte, seja papel ou metal. Entretanto, a essência desta abstração consiste em que o valor não é um fenômeno puramente mental, nem tem sua origem em uma capacidade inata dos homens, antes disso, está ancorada em uma série de relações sociais de troca. “Enquanto os conceitos do conhecimento da natureza são abstrações mentais, o conceito econômico de valor é uma abstração real. E, embora ele não exista em nenhum outro lugar senão no pensamento humano, não surge do pensamento. Ele é imediatamente de natureza social, tem sua origem na esfera espaçotemporal do intercâmbio entre os homens” (p. 53).

Partindo desta premissa e aprofundando algumas definições de Marx, Sohn-Rehtel argumenta que o trabalho não é abstrato por natureza, nem sua abstração seria obra dele próprio. Se o trabalho não abstrai a si mesmo, então sua abstração acontece em outro lugar, a saber, nas relações sociais de troca. Daí entende-se que a abstração não é necessariamente pura criação do pensamento, desprovida de realidade

perceptível, pelo contrário, ela é uma socialização do pensamento, provocada pela abstração real da troca.

Esta perspectiva de situar o conhecimento puro kantiano em uma perspectiva histórica não só contradiz a noção de uma capacidade inata e atemporal, como evidencia sobremaneira que a tradição do pensamento ocidental se coloca enquanto apartada da sociedade em que se insere. Uma relação onde, por mais que se verifique a existência de um robusto corpo teórico de conhecimento, este conhecimento não serve para uma regulação consciente da sociedade, ou das relações de produção. “O que é razoável e necessário impõe-se apenas como média que atua cegamente” (p. 65). Neste sentido, destacam-se os pressupostos objetivistas das ciências da natureza se pretendem apartar-se das capacidades físicas, fisiológicas e manuais dos indivíduos. No cotidiano científico a contribuição dos sentidos individuais restringe-se a uma leitura de dados em equipamentos de medida e isso traz uma relação curiosa, ao passo em que a evidência sensível é experimentada apenas pela pessoa que lê os dados, para todas as outras, a relação é de crença numa impessoalidade objetiva que exclui as capacidades individuais de quem leu os dados.

Neste sentido, se a divisão social entre trabalho manual e intelectual é comumente invisibilizada na atuação histórica social na formação de abstrações, o autor não nega que existam de fato conceitos puros de que apenas o pensamento se ocupa, como muitas áreas da matemática, por exemplo. Entretanto, chama a atenção o fato de que o trabalho intelectual se realiza geralmente de forma independente e separada do trabalho manual e isto por si só representa uma característica social historicamente localizada de como a sociedade permite suas abstrações. “A separação entre trabalho mental e trabalho manual, particularmente em relação à tecnologia, é tão importante para a dominação da classe burguesa quanto a propriedade privada dos meios de produção” (p.72).

É a partir deste raciocínio que Sohn-Rethel propõe o conceito de segunda natureza: “uma realidade puramente social, abstrata e funcional em oposição à natureza primária” (p. 98), tanto quanto as abstrações humanas manifestadas de forma objetiva e separadas da história. Para o autor, a segunda natureza seria tanto uma realidade espaçotemporal sociossintética, quanto a possibilidade de construção de um conhecimento a partir de conceitos abstratos, ou seja, a própria conexão entre as duas partes desta relação formal. Assim como o dinheiro que é um conceito puramente abstrato, mas que não surge do pensamento e sim das relações sociais.

Para encerrar sua análise, o autor argumenta que “o fenômeno paradoxal da síntese social conforme os princípios da propriedade privada submete de certa forma os homens, como instrumento de sua realização e da sobrevivência da espécie. Portanto, de acordo com a concepção aqui adotada, longe de ser o apogeu da autonomia espiritual humana, como acredita o idealismo, as faculdades do entendimento do homem civilizado se baseiam num grau de profundidade e opacidade da reificação que nem Marx reconheceu completamente” (p.109).

Em outras palavras, a possibilidade de uma teoria do conhecimento puro é tanto reflexo de uma sociedade dividida entre classes (também de acordo com trabalho manual e intelectual), quanto é um mecanismo desta sociedade cujos tais pensamentos puros das ciências são levados a cabo de forma acrítica sem nunca se debruçarem sobre a própria história e vivência social que as permite. Entretanto, por mais que esta premissa seja interessante e digna de maior exploração, a argumentação de Sohn-Rethel se torna frágil em alguns momentos.

Quando o autor estabelece toda sua argumentação da abstração do valor de troca para estabelecimento de um comércio, percebe-se que tais postulados podem se aplicar a praticamente todas as sociedades passadas que possuíam algum tipo de comércio. Neste sentido, o autor reforça que a abstração de valor ganha força com o surgimento do dinheiro, mais especificamente na Grécia a partir do século VII a.C., entretanto, não fica claro se não havia nenhum tipo de abstração de valor nas trocas comerciais que antecederam a criação monetária. Já que é a prática social que determina a origem da abstração, poderíamos esperar que houve um momento em que primeiro veio a intensificação das trocas comerciais e que foi esta condição que exigiu a criação de algo que igualasse as mercadorias de acordo com um único tipo de objeto material que poderia ser trocado por tudo.

Se o valor de uso e de fabricação é fundamental para o estabelecimento de um preço de troca, é de se esperar que os produtos dos comércios antigos já tivessem alguma abstração de valor de troca, mesmo antes da criação do dinheiro, só não tinha a padronização monetária.

Além disso, o autor foca em estabelecer que a divisão do trabalho manual e intelectual que teria se dado na Grécia foi o pontapé que perdura até a contemporaneidade e este tipo de generalização é frágil por vários motivos: primeiro porque em muitas outras sociedades antigas havia separação de classes com trabalhos intelectuais diferentes do trabalho manual, como os escribas, sacerdotes e outros cargos

dos governos. Tal divisão em classes não foi exclusividade grega. Em segundo lugar, por mais que o ocidente seja tributário de inúmeras características que se desenvolveram na Grécia, supor esta continuidade por dois mil anos em todos os outros países parece forçosamente generalizante. Em terceiro lugar, por mais que o materialista histórico vá buscar no passado social as condições de possibilidade dos fenômenos estudados, Sohn-Rethel afirma que a separação do trabalho manual e intelectual é uma ferramenta para o domínio burguês da sociedade tanto quanto a posse dos meios de produção, entretanto, ao se estimar que esta separação ocorreu com os gregos, o autor não esclarece quais as transformações históricas aconteceram até o momento em que a burguesia teria se apropriado desta característica, pois certamente não havia burgueses na Grécia antiga e tal consideração seria um flagrante anacronismo.

A segunda parte do livro, se dedica a fazer um balanço histórico de como o trabalho manual e intelectual se dividiram na Grécia diferente de outras sociedades, e pontua brevemente alguns momentos históricos posteriores. E é nesta parte do livro em que a argumentação parece mais frágil.

De início o autor estabelece a diferença entre sociedades de produção e sociedades de apropriação, sendo que esta segunda tem duas subdivisões: a apropriação recíproca e a apropriação unilateral. Nas sociedades de apropriação unilateral, tal espoliação acontece tanto pela imposição de taxas e tributos, quanto por furto. Já as sociedades de apropriação recíproca, as relações sociais estão pautadas na troca de mercadorias. Para o autor, todas as sociedades de apropriação se caracterizam pela separação do trabalho intelectual do trabalho manual. Entretanto, não há nenhuma consideração mais aprofundada sobre como estes tipos de apropriação se relacionam em uma mesma sociedade, pois uma sociedade com Estado cobra impostos e taxas (apropriação unilateral), mas nada a impede também de ser uma sociedade baseada em comércio (apropriação recíproca).

Em seguida o Sohn-Rethel argumenta que todo trabalho precisa tanto de esforço intelectual quanto físico, pois necessita de uma intencionalidade. “É preciso, no entanto, distinguir se o fim pretendido de um processo de trabalho está idealmente na cabeça daquele que trabalha, ou na cabeça de vários que executam o trabalho conjuntamente, ou senão em uma cabeça estranha, que atribui aos trabalhadores meros fragmentos do processo, absolutamente sem nenhum significado para os executores” (p. 118).

A partir destas considerações, o autor faz uma digressão histórica desde a idade do bronze até o capitalismo industrial em menos de cinquenta páginas, abordando de forma bastante generalizante: as trocas de dádivas; o surgimento das trocas de mercadorias; o estabelecimento do comércio grego que seria responsável pelo surgimento do dinheiro e da matemática, os quais seriam fundamentais para a criação de uma teoria do conhecimento puro e totalmente apartada do trabalho manual; aponta uma reaproximação do trabalho manual e intelectual na idade média a partir do trabalho de artistas como Leonardo Da Vinci, Michelangelo e muitos outros que além de artistas eram também estudiosos; e passa então a considerar que a transição do capitalismo comercial do Renascimento para o capitalismo industrial é também marcada pelo pensamento mecanicista das ciências exatas que permaneceu invisível enquanto fenômeno histórico que reflete e orienta a sociedade que o produz.

Percebe-se então que faltam elementos históricos para dar mais suporte para a argumentação apresentada. Em meio a esta contextualização histórica, Sohn-Rethel expõe como a criação da matemática na Grécia diferia da geometria prática dos egípcios através da medição com cordas. A partir desta contraposição, o autor teria condições de explicar quais as principais diferenças entre as sínteses sociais, levando em consideração não apenas o tipo de apropriação das sociedades como também a diferença entre trabalho manual e intelectual que ele supôs separados na Grécia antiga e o trabalho dos profissionais medidores de cordas que uniam o saber ao fazer. Mas isto não acontece, deixando toda parte da contextualização histórica com cara de caracterização anedótica na tentativa de justificar o argumento.

A discussão se encerra após este panorama sintético, pois na sequência vem o apêndice com os textos complementares.

A obra, portanto, apesar de uma temática instigante e necessária, carece de uma fundamentação mais sólida, sobretudo historicamente, sobre o que está sendo discutido. A primeira parte do livro em que se busca identificar as raízes sociais e históricas das abstrações do pensamento puro, como se entende na tradição da filosofia ocidental, pode constituir um fascinante objeto de pesquisa a ser explorado mais a fundo, especialmente se levar em consideração as particularidades históricas. Se já havia uma cegueira mecanicista no pensamento racional ocidental herdado da antiguidade clássica, o positivismo da era pós-revolução industrial vai levar isso a outro patamar, criando novas formas de sociabilidade que certamente se diferenciam daquelas dos gregos. Embora publicado originalmente no final do século passado, o raciocínio por trás da

obra abre diversas possibilidades para estudos da atualidade. Por exemplo, na era do dinheiro digital, a abstração de valor está cada vez menos dependente de um suporte físico como o dinheiro de papel, embora ainda necessite de suportes que gerenciam o mundo digital como computadores e chips nos cartões. E isto também pode levar a novos entendimentos sobre a segunda natureza da sociedade contemporânea. A substituição do trabalho manual pelo trabalho das máquinas, o emprego técnico que reduz o trabalhador a um simples “apertador de botão” em um processo automatizado, estão entre muitas outras questões que podem ser levantadas a partir das reflexões deste livro sobre a divisão do trabalho manual e intelectual e por isto considero que esta é uma obra que deve ser lida.

Contudo, conforme já apontado, a forma como a argumentação foi apresentada possui diversas vulnerabilidades que enfraquecem o que está sendo apontado. Para uma hipótese com um escopo tão amplo, deveria haver uma robusta base de dados históricos não apenas para estabelecer a diferenciação da sociedade grega das demais sociedades mercantis do mundo antigo, como para abordar de forma mais precisa as mudanças sociais, que tanto foram resultados como resultantes da separação entre trabalho intelectual e manual ao longo do tempo, em vez de simplesmente generalizar uma continuidade por dois mil anos.

Se o materialismo histórico visa compreender as relações sociais como resultado do contexto social imediatamente anterior, não se pode deixar o processo e o particularismo histórico em segundo plano nas explicações. Uma vez que este requisito seja atendido, a discussão sobre a separação entre trabalho manual e intelectual tem muito a nos oferecer em termos de compreensão da contemporaneidade, mas sem perder de vista que mesmo em um mundo globalizado, as sociedades se diferenciam não apenas entre si, como também ao longo do tempo.

João Nilo de Souza Nobre

Doutor em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

<http://lattes.cnpq.br/1970033705606649>

<https://orcid.org/0009-0001-1257-8286>